

## A POLÍTICA NÃO TEM ROSTO DE MULHER<sup>1</sup>: DA VITÓRIA DO MOVIMENTO SUFRAGISTA AO ESVAZIAMENTO DO DUMA

THE UNWOMANLY FACE OF POLITICS: FROM THE VICTORY OF THE SUFFRAGIST MOVEMENT TO THE EMPTYING OF DUMA

Por Leticia Cruxen Godinho<sup>2</sup>

**Resumo:** O movimento pelo sufrágio feminino conquistou mais do que necessariamente o direito de exercer o voto. No espectro da essência humana, consolidou a ideia de que mulheres são cidadãs. O presente artigo trabalha, principalmente, com conceitos teóricos oriundos dos pensamentos marxistas e do feminista das primeira e segunda ondas, de forma a compreender o que de fato foi a experiência feminina sob o Comunismo e como a participação política das mulheres russas modificou-se desde a redemocratização.

**Palavras-chave:** Sufrágio Feminino; Comunismo; Participação Política.

**Abstract:** The women's suffrage movement accomplished more than the right to exercise the vote. In the spectrum of the human essence, it consolidated the idea that women are citizens. This article deals mainly with theoretical concepts of the Marxist and Feminist thoughts of the first and second waves, in order to understand what in fact was a woman's experience under Communism and how the political participation of Russian women has changed since a redemocratization.

**Keywords:** Women's Suffrage; Communism; Political Participation.

### INTRODUÇÃO

Quando falamos do movimento pelo sufrágio feminino, o associamos invariavelmente aos contextos das democracias liberais da Europa e dos Estados Unidos. O caso russo, no entanto, posa uma peculiaridade histórica: até 1906, o voto não era um direito para ninguém, homem ou mulher. Vivia-se então 300 anos de monarquia czarista, regime similar ao absolutismo europeu, que ignorava completamente conceitos já incorporados pelos vizinhos

1 Menção ao título do livro "A guerra não tem rosto de mulher" da autora bielorrussa Svetlana Aleksievitch

2 Graduada de Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF)

tividade. As revoluções de 1905 e 1917 reivindicaram condições de vida melhores e um espaço para a população na política do país, e as mulheres foram parte essencial desses levantes. Quando em 1906, o Duma, parlamento russo, foi criado, a luta pela inclusão das mulheres pelo voto continuou.

A peculiaridade do caso russo não limita-se ao czarismo, já que em 1917 a Revolução Comunista cria um novo paradigma de governo, participação política e de abordagem social e econômica no mundo. O voto ganha um novo sentido. De forma a abordar a questão da participação das mulheres na política soviética, portanto, deve-se alinhar o que de diferente trouxe a ideologia comunista, desde sua fundamentação teórica ao que de fato tomou lugar na União Soviética. O estudo presente neste trabalho apoia-se no livro *Modelos de Democracia* (1987), de David Held, para abordar o pensamento marxista e sua relação com o feminismo e na publicação *The Oxford Handbook of the History of Communism* (2013), essencial para adquirir uma visão ampla da história da União Soviética e das mulheres sob o comunismo.

A partir de 1917 as mulheres russas não somente podiam votar como se candidatar para cargos políticos, encorajadas por organizações já existentes como ligas de mulheres dentro do Partido Bolchevique e posteriormente do Partido Comunista. O presente trabalho tem por objetivo, assim, apresentar estatísticas e índices relacionadas à participação política das mulheres nos diferentes parlamentos ao longo da história russa, buscando comparar os períodos históricos e, principalmente, compreender se há relação quantitativa entre participação política e desigualdade de gênero em uma sociedade.

## GÊNERO E O COMUNISMO

### TEORIA MARXISTA

Em 1848, Karl Marx (1818-1883) publica o *Manifesto Comunista*, no qual, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), esboça a análise do Estado como uma “superestrutura” que se desenvolve a partir de uma “infra-estrutura”, esta última composta pelas relações econômicas e sociais (HELD, 1987). Marx trabalha o Estado moderno como à serviço da classe economicamente dominante: “(...) não é nada mais que um comitê para gerenciar os negócios da burguesia” (*Manifesto Comunista*, 1848). O polêmico panfleto coloca-se ao lado de outras obras como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *Para a Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867), produzidas no final do século XIX, à luz da expansão da ideologia liberal na Europa e nos Estados Unidos.

O princípio de “igualdade perante à lei” é marcante na formulação da política liberal. Ao tratar todos iguais, de acordo com o princípios de proteção às liberdades individuais e à defesa da propriedade privada, o Estado agirá com “neutralidade”, porém invariavelmente produzirá efeitos “parciais” (HELD, 1987). Isso porque a sociedade capitalista é desigual. A burguesia, segundo Marx, traduz-se nos proprietários dos meios de produção, enquanto o proletariado é dono apenas de sua força de trabalho. Ao passo que o modo capitalista de

produção baseia-se no lucro, a burguesia não repassa ao trabalhador o valor final do produto por ele gerado. A desigualdade entre o salário pago ao trabalhador e o valor final do que foi produzido é o que Marx convencionou de “mais-valia”, base da exploração capitalista.

Ao defender o direito à propriedade privada dos meios de produção, o Estado perpetua o que supostamente deveria impedir: a desigualdade entre os homens. A realidade das classes sociais no Estado liberal são assim determinadas a partir da localização do indivíduo na estrutura de classe, em todos os aspectos de sua vida, seja no trabalho, na saúde, tempo de vida, educação, etc (HELD, 1987). A teoria marxista pauta-se pela análise da história e das relações sociais a partir dos modos de produção, sistematizando estágios de evolução da sociedade desde os modos primitivos, passando pelo feudal e capitalista, até o modo de produção pós-capitalista. A luta de classes é central para essa teoria, uma vez que é através de tal fenômeno que se dará o desmantelamento do capitalismo. O fim desse estágio está atrelado à abolição do instrumento de perpetuação do status quo burguês, o Estado moderno: “The political instrument of their enslavement cannot serve as the political instrument of their emancipation”<sup>1</sup> (The Civil War in France, pp. 162-8).

Portanto, a emancipação, a verdadeira liberdade e igualdade entre os homens encontra-se no final de um processo que envolve a luta de classes, a ditadura do proletariado e a introdução da prática da democracia direta através da instituição das Comunas. Nesse cenário, a sociedade seria ao mesmo tempo trabalhadora e dona do meios de produção. Não haveria escassez material para o indivíduo pois ele, coletivamente, terá se apropriado de todo o capital disponível. O presente trabalho não pretende defender teses sobre a veracidade e legitimidade do projeto socialista/comunista que perdurou de 1922 a 1991. Pontuo, primordialmente, como a administração pública soviética apresentou-se como um modelo de Estado e participação política revolucionário e alternativo para o debate político mundial, tal qual sua primeira constituição demonstra:

10. The Russian Republic is a free socialist society of all the working people of Russia. The entire power, within the boundaries of the Russian Socialist Federated Soviet Republic, belongs to all the working people of Russia, united in urban and rural soviets. (Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia 1918, Art. 2)<sup>2</sup>.

Destaco acima o capítulo 10 do Artigo Segundo com o propósito de salientar a excepcionalidade da administração soviética. A partir desse modelo, todo trabalhador detém o poder da República (“The Russian Republic is a free socialist society of all the working people of Russia”). Os *soviets*, como demonstrado pela constituição, vigoram como instâncias regionais autônomas e deliberativas, abertas aos trabalhadores das localidades respectivas. Da escolha dos representantes dos soviets, responsabilidade da população, forma-se o Con-

1 Tradução livre: “O instrumento político de sua escravidão não pode servir como instrumento político de sua emancipação”

2 Tradução livre: “A República Russa é uma sociedade livre socialista de todas as pessoas trabalhadoras da Rússia. Todo o poder, dentro das fronteiras da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, pertence a todos os trabalhadores da Rússia, unidos em soviets rurais e urbanos”

gresso dos *Soviets*, instância decisória suprema. O presente trabalho propõe-se a questionar: onde inserem-se as mulheres nesse contexto? A superação da exploração de classe incorpora a opressão de gênero? Entendemos que todos os trabalhadores russos, a partir da Revolução, detêm poder político. Mas dado ao papel predominantemente doméstico e maternal que as mulheres russas assumiam na cultura e sociedade daquele país (e de toda Europa, a princípio, naquela época), como entender que ao falar-se “trabalhadores”, considerava-se também a elas? Na subseção que se segue, buscarei trabalhar a questão do gênero dentro da teoria marxista, a partir do que foi escrito à época de Marx e Engels.

## GÊNERO NA TEORIA MARXISTA

Em 1884, Friedrich Engels publica *Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, um tratado histórico-materialista que busca demonstrar a evolução das sociedades através das diferentes composições familiares. Essa publicação é emblemática quando trata-se de gênero e marxismo, pois conta como a única menção à opressão de gênero a ser tratada pelos seus autores-fundadores. Inclusive, foi publicada um anos após a morte de Marx, utilizando-se de anotações do filósofo, o que não confirma, na realidade, o posicionamento do autor sobre o tema em geral.

Engels apoia-se nos estudos do antropólogo Johann Jakob Bachofen (1881). Segundo Bachofen, a sociedade matriarcal é o modelo mais antigo de organização humana. Como mulheres e homens relacionavam-se livremente, o único vínculo parental comprovado que uma criança possuía era com sua mãe, dessa forma, as mulheres gozavam de um alto status, mantendo uma liderança feminina sustentada pela relação com sua linhagem. Com a introdução da monogamia, a mulher teve de abdicar sua posição de privilégio. A monogamia não encerra apenas a relações sexuais com outros homens, mas também relações comunitárias como, por exemplo, o modelo vigente de divisão do trabalho. Segundo Bachofen, era papel do homem adquirir comida e os instrumentos de trabalho necessários para esse fim, enquanto para a mulher cabia a função doméstica. No entanto, em um âmbito coletivo, a troca era possível entre diversos homens e mulheres, não perpetuando uma dependência. Com o matrimônio, um homem fica encarregado da subsistência de uma mulher.

É a partir desse momento que, segundo os autores, a opressão da mulher pelo homem se estabelece. Isso porque, afinal, o homem deterá a propriedade privada de ferramentas que possibilitam a subsistência de um lar. Tal evolução, enfim, levaria à família individual moderna, considerada por Engels (1884) como a “escravidão doméstica” da mulher. É preciso mencionar, contudo, que as proposições de Engels carregam pouca validade atualmente. Isso se deve à defasagem de suas fontes, descreditadas ao longo do tempo por estudos mais completos, como afirma David Held (1987). Não obstante, Engels reivindicara um espaço para a mulher na sociedade comunista, que seria conquistado através da abolição da propriedade privada dos meios de produção e da inserção da mulher no trabalho assalariado (HELD, 1987), para que assim, ela pudesse prover, independentemente, sua subsistência.

## A EMANCIPAÇÃO DA MULHER ATRAVÉS DO TRABALHO

Em diversos panfletos do Partido, atribuía-se a Lênin o seguinte anúncio: “In order to emancipate women thoroughly and to realize real equality between women and men, it is necessary for women to participate in joint production and labour, and then women will stand in the same position as men” (HARSH, 2014). O entendimento dos líderes soviéticos acerca da opressão de gênero partia, essencialmente, do que foi defendido por Engels e exposto na subseção acima. A inserção da mulher no trabalho faria ela igual ao homem: cidadã soviética. Seria possibilitada do voto e da participação política, compatível com a fundação do conceito de cidadania pelos gregos, herdada pelos republicanos e depois pela democracia liberal: “The Athenian concept of ‘citizenship’ entailed taking a share in these functions [legislative and judicial functions], participating directly in the affairs of the state”<sup>3</sup> (HELD, 1987).

Contudo, como sabemos, “cidadania” na *polis* ateniense, na república e na democracia liberal no século XIX e XX, significava apenas homens. O sufrágio universal, aquele que previa a participação política desvinculada à posse material, foi concedido aos homens na França entre 1792–1795 e depois em 1848; nos Estados Unidos em 1856; na Alemanha em 1871. O sufrágio universal que passou a entender mulheres como indivíduos e cidadãos foi, para os respectivos países em 1944, 1920 e 1919, conquistas da democracia liberal e dos movimentos sufragistas femininos. A Rússia, por sua vez, instaurou o sufrágio universal igualmente para homens e mulheres em 1917, com a Revolução. O que depois foi positivado em sua primeira Constituição:

64. The right to vote and to be elected to the Soviets is enjoyed by the following citizens of both sexes, irrespective of religion, nationality, domicile, etc., of the Russian Socialist Federated Soviet Republic, who shall have completed their eighteenth year by the day of election (...)<sup>4</sup> (Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia 1918, Art. 4).

A União Soviética não apenas fomentou a inserção da mulher no trabalho assalariado, como reconheceu o trabalho doméstico (majoritariamente relacionado às mulheres até então) como uma forma de contribuição para o trabalho produtivo de uma sociedade: as duas esferas promovem a inserção política nos assuntos públicos, garantindo seu direito de votar e ser votada. Em 1930, com o processo de profunda industrialização soviético (o primeiro Plano Quinquenal), 4 milhões de mulheres foram empregadas em trabalhos assalariados, 1,7 milhões destas na indústria (MESPOULET, 2010). Abaixo podemos observar a evolução da participação da mulher em atividades laborais em 1959 e 1970.

3 Tradução livre: “O conceito ateniense de cidadania envolve tomar parte dessas funções [legislativas e judiciárias], participando diretamente nos assuntos do Estado”.

4 Tradução livre: “O direito a voto e a ser votado para os Sovietes é gozado pelos seguintes cidadãos de ambos os sexos, independentemente de religião, nacionalidade, domicílio, etc da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, que tenham completado seus dezoito anos no dia da eleição (...)”.

Table 5.2 Economic activity rates of the population of working age (per cent)

	1959		1970	
	Men	Women	Men	Women
Taking part in social production	85.1	68.4	87.2	82.1
Studying full time	4.9	4.2	7.8	7.6
Neither taking part in social production nor studying full time	10.0	27.4	5.0	10.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Source: N.M. Shishkan, *Sotsial'no-ekonomicheskie problemy zhenskogo truda*, (Moskva: Ekonomika, 1980.) p. 49, Table 3.

Fonte: <<https://nintil.com/2016/07/30/the-soviet-union-achieving-full-employment/>>

Apesar do exposto aqui, diversos autores e fontes da época atestam a incapacidade do regime de garantir a completa igualdade de gênero entre homens e mulheres. Parte dos obstáculos que perpetuaram tal disparidade está, segundo Harsh (2014), na continuidade da centralidade da família nos valores soviéticos. As mulheres, com menos tempo para a atividade política e crescente desinteresse nas jornadas e operações exaustivas da indústria, optaram por voltarem-se à família e aos trabalhos do setor de serviço, encorajadas pelos benefícios de licença maternidade e assistência infantil. Ganhavam menos que os homens e se especializavam menos. Também a partir da política familiar soviética, o aborto que havia sido legalizado no início dos anos 20 foi recriminalizado. É inegável, contudo, que o comunismo provocou mudanças drásticas na que tange a posição social da mulher, fundamentalmente através de sua inserção na industrialização do país. Abaixo, apresentarei alguns aspectos da presença das mulheres na política russa soviética e contemporânea, com intuito de traçar paralelos com o que foi debatido até aqui.

## MULHERES NA POLÍTICA

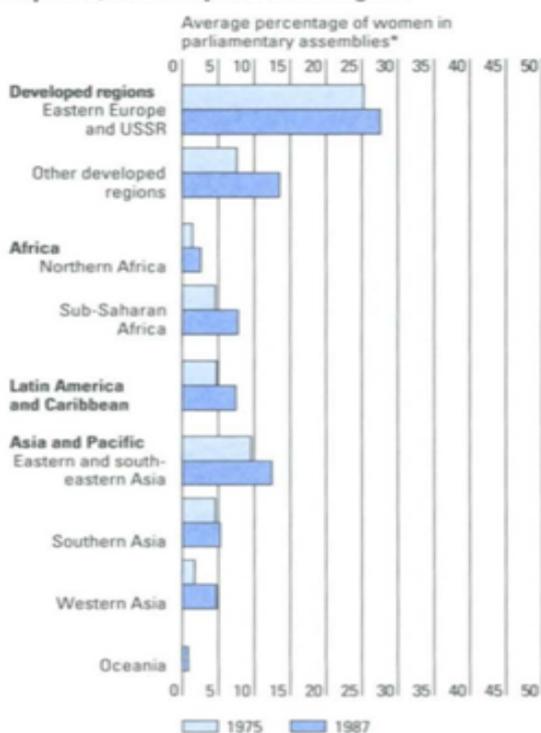
### COMITÊ EXECUTIVO CENTRAL DE TODAS AS RÚSSIAS, SOVIETE SUPREMO E DUMA

O Duma surgiu em 1906 como o primeiro parlamento eleito na Rússia. É, atualmente, a câmara baixa da Assembleia Geral russa. Com a Revolução, foi substituído pelo Comitê Executivo Central de Todas as Rússias, que funcionou entre 1917 a 1937. Entre 1938 e 1990, o Soviete Supremo funcionava como Conselho unicameral do legislativo soviético, o órgão mais importante da política soviética. Como vimos anteriormente, o direito à participação política estava assegurado a todos a partir de 1917 e, conseqüentemente, a presença de mulheres no legislativo tornou-se um fator comum na União Soviética e antecedeu a participação na Rússia contemporânea. Na constituição de 1936, afirma-se: “Women have the right to elect and be elected on equal terms with men” (Constituição da União Soviética, 1936, Art. 137).

As mulheres representavam, dentro do Partido Comunista, 7.4% dos membros em 1920, 14.8% em 1937, 19.7% em 1957 e 20.9% em 1967. O fato dos números do Partido não serem tão expressivos como do Komsomol (34% em 1935) se dá pelo fato que as mulheres

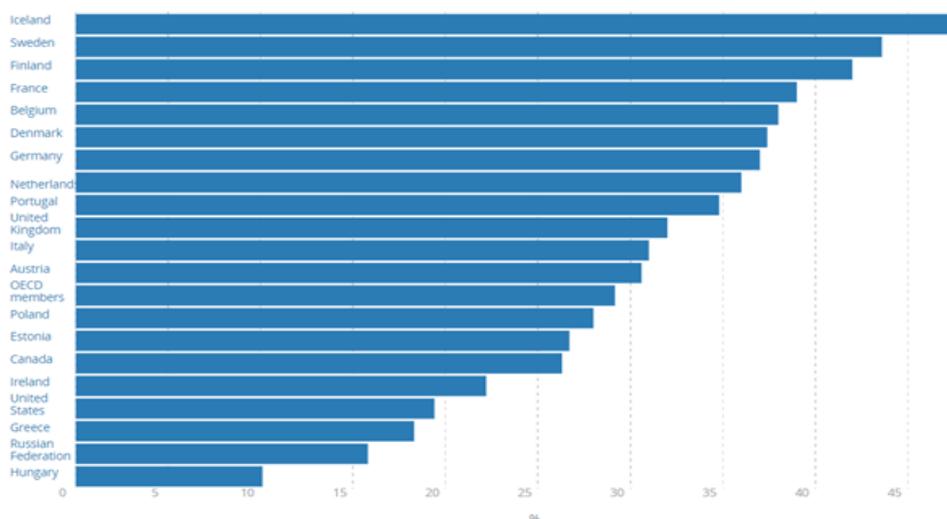
jovens eram menos restringidas por filhos e tarefas domésticas como as mulheres mais maduras do Partido, como mencionado na subseção anterior (MESPOULET, 2010). No entanto, comparativamente ao resto do mundo, a proporção dos assentos legislativos conquistados por mulheres russas eram expressivos, como confirma o seguinte relatório da ONU de 1990:

2.2  
Women's parliamentary representation, though improved, is still very low in most regions



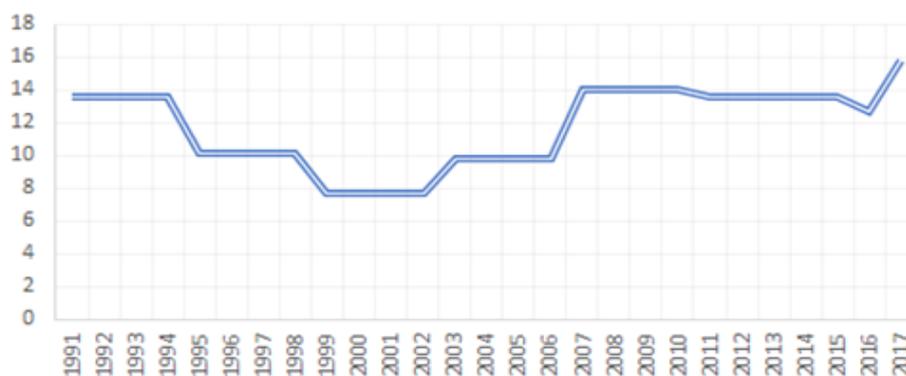
Country or area	Parliamentary seats occupied by women (%)		Year of women's right to vote
	1975	1987	
<b>Developed regions</b>			
Albania	33.2	28.8	1945
Australia	0.0	6.1	1901*
Austria	7.7	11.5	1918
Belgium	6.6	7.5	1948 <sup>b</sup>
Bulgaria	18.8	21.0	1944
Canada	3.4	9.6	1918 <sup>c</sup>
Czechoslovakia	26.0	29.5	1920
Denmark	15.6	29.1	1915
Finland	23.0	31.5	1906
France	1.6	6.4	1944
Germany <sup>d</sup>			
Federal Rep. of Germany	5.8	15.4	1919
former German Dem. Rep.	31.8	32.2	1919
Greece	2.0	4.3	1952 <sup>a</sup>
Hungary	28.7	21.0 <sup>f</sup>	1945
Iceland	5.0	20.6	1915
Ireland	2.8	8.4	1918
Italy	3.8	12.9	1945
Japan	1.4	1.4	1945
Luxembourg	5.1	14.1	1919
Malta	3.6	2.9 <sup>g</sup>	1947
Netherlands	9.3	20.0	1919
New Zealand	4.6	14.4	1893
Norway	15.5	34.4	1913
Poland	15.9	20.2	1918
Portugal	8.0	7.6	1931 <sup>h</sup>
Romania	15.2	34.4	1946 <sup>i</sup>
Spain	-	6.4	1931
Sweden	21.4	28.5	1921 <sup>j</sup>
Switzerland	7.5	14.0	1971
USSR	32.1	34.5	1917
United Kingdom	4.3	6.3	1918 <sup>k</sup>
United States	3.7	5.3	1920

A União Soviética configura nos primeiros lugares do ranking de participação feminina no legislativo no final dos anos 90, inclusive à frente de democracias liberais, como Estados Unidos e França. O cenário atual, contudo, diverge amplamente do que foi apresentado acima. Do final de 1980 para 2017, o percentual de mulheres ocupando posições no Duma caiu exponencialmente, como demonstra o gráfico do Banco Mundial:



Outros países, antes na retaguarda do processo de inserção político das mulheres, passaram a galgar posições de liderança nesse ranking. Como vemos abaixo, durante todo o processo de abertura política e econômica da União Soviética, os percentuais mantiveram-se menores em comparação com o Soviete Supremo:

**PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO LEGISLATIVO RUSSO AO LONGO DO TEMPO (%)**



Fonte: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.Htm>>

Na última eleição para o parlamento soviético, as mulheres compunham 32.8% do assentos (SAXONBERG, 2000), enquanto na primeira eleição pós redemocratização esse número caiu para 13.4% e manteve-se razoavelmente similar ao longo dos anos que seguiram a abertura, como demonstra o gráfico anterior, ainda não retornando aos níveis do período comunista. Podemos, assim, afirmar que as mulheres conquistaram, na União Soviética, espaço excepcional na esfera pública.

Nos anos 1950 a 1970, a academia e a opinião pública em geral entendia que “questão da mulher” fora abordada de forma bem-sucedida no país, de acordo com as conquistas já mencionadas neste trabalho: fomento da participação das mulheres como cidadãs, trabalha-

dores e estudantes, implementação de políticas sociais que beneficiam mães e direitos garantidos por lei. Contudo, como Harsh (2014) afirma, observa-se uma virada nos anos 80 acerca da opinião acadêmica sobre igualdade de gênero na União Soviética. Existem, segundo a autora, duas razões principais para isso: primeiramente, mulheres em muitos países ocidentais conquistaram direitos iguais ou ainda maiores que os que as mulheres soviéticas já gozavam. Em segundo lugar, a Segunda Onda Feminista (1960-1980) revisou o entendimento do feminismo até então. Uma vez conquistada a inserção na vida pública, como o marco do sufrágio universal, questões da vida interna das mulheres passaram a entrar em pauta, como sexualidade, o trabalho doméstico e a maternidade. A esfera privada, já mencionada neste trabalho, não foi suficientemente abordada na União Soviética, dado, especialmente, pelos valores culturais e econômicos que observavam a família tradicional como unidade central para a organização social.

Convém, portanto, questionar: apesar da queda na participação política na Rússia contemporânea, medida por este trabalho pela porcentagem de mulheres em funções legislativas, as mulheres russas conquistaram direitos inalcançados pelo comunismo? O que observamos nos últimos anos é um indício de que o país não vem acompanhando as conquistas da Segunda e Terceira ondas feministas. A recente lei que descriminaliza a violência doméstica, a criminalização da comunidade LGBT, a legalização do casamento para menores de 16 anos, sem contar com as 456 posições de trabalho que as mulheres são proibidas de exercer (por exemplo, como motoristas de trator)<sup>5</sup>, além de ganharem 26%<sup>6</sup> a menos que seus colegas homens, demonstram um cenário pouco favorável para a igualdade de gênero.

A baixa representação das mulheres russas no legislativo pode então ser considerada como uma causa da atual questão de gênero. Leva-se em conta também que a Rússia contemporânea não pode ser entendida, pelas formulações de David Held (1987), como uma democracia liberal, nem uma das suas variações do século XX, apesar de aproximar-se do Elitismo Competitivo. Com Vladimir Putin na liderança executiva do país desde 2012 e seu partido, Rússia Unida, possuindo maioria absoluta no Duma, observamos algo similar com o que David Held, a partir da obra de Weber, convencionou como “ditadura eleita”: os partidos dominando o parlamento e as lideranças dominando os partidos. Nesse contexto, a participação política resume-se àqueles que concentram-se na profissionalização política e trabalham dentro dos partidos, diferenciando-se daqueles chamados “politicamente passivos”. Esse cenário é profundamente impeditivo à consolidação do que os pluralistas defendem essencial para a dinâmica da sociedade: a barganha entre grupos representando diferentes interesses, desde empresas, sindicatos, partidos políticos, e coletivos de mulheres, negros, estudantes, etc. Dessa forma, explica-se como as mulheres, grupo que pode representar pautas divergentes à elite no poder, seria isolada do processo de barganha por seus interesses,

5 Why Russia needs a feminist revolution. **The Washington Post**, 5 jul. 2017. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/07/05/why-russia-needs-a-feminist-revolution/?noredirect=on&utm\\_term=.b6370b2d9a40](https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/07/05/why-russia-needs-a-feminist-revolution/?noredirect=on&utm_term=.b6370b2d9a40)> Acesso em: 17 jan. 2019.

6 WOMEN in Russia Earn Significantly Less Than Their Male Counterparts. **The Moscow Times**, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://themoscowtimes.com/news/women-in-russia-earn-much-less-than-men-58950>> Acesso em: 19 jan. 2019.

levando à perpetuação de prática desiguais entre homens e mulheres.

## CONCLUSÃO

Karl Marx, Friedrich Engels e, posteriormente, Vladimir Lenin, fundam uma nova forma de cidadania. Se para os atenienses era cidadão todo aquele homem e nascido em Atenas, para os republicanos todo aquele homem e proprietário, para os comunistas, era todo aquele, homem ou mulher, que contribuísse para o trabalho produtivo. A mulher, durante todo o comunismo soviético, foi inserida no trabalho e, por consequência, na vida pública, antes da maioria dos países Europeus.

A presença feminina, no entanto, foi se tornando cada vez menos frequente ao longo do processo de abertura e redemocratização da Rússia, chegando a patamares inéditos em pleno século XXI. A partir dos dados relativos à presença de mulheres nos parlamentos russos (Comité Executivo Central de Todas as Rússias, Soviete Supremo e Duma), procurei observar que impacto isso causou na sociedade russa e atribuí, à essa falta de representatividade atual no Duma, uma forte justificativa para as políticas cada vez mais desiguais e reacionárias aos direitos das mulheres.

Apesar das críticas e revisionismo ao feminismo do início do século XX, preocupado com a inserção da mulher na vida pública, as mulheres sob o comunismo alcançaram o que propôs-se na época, nos debates acadêmicos e feministas, o que prova-se pelas estatísticas e até mesmo pelas suas Constituições. Enquanto isso, as Segunda e Terceira ondas feministas parecem não ter alcançado a Rússia contemporânea, incapaz de garantir às suas cidadãs conquistas que inclusive foram conquistadas décadas atrás, por mulheres soviéticas e do mundo todo.

## Referências Bibliográficas

HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

SMITH, Stephen. (ed.) **The Oxford Handbook of the History of Communism**. Oxford: Oxford U.P., 2014.

SAXONBERG, Steven. Women in East European Parliaments. **Journal of Democracy**, Volume 11, Number 2, 2000.

MESPOULET, Martine. Women in Soviet society. **Cahiers du CEFRES**, n. 30, Le communisme à partir des sociétés = Communism from the viewpoint of societies (ed. Muriel Blaive), 2010.

The World's Women 1970-1990 Trends and Statistics, Social Statistics and Indicators, **Series K**, n. 8, United Nations: Nova York, 1991.